

DIA INTERNACIONAL DA TOLERÂNCIA ZERO À MUTILAÇÃO GENITAL FEMININA



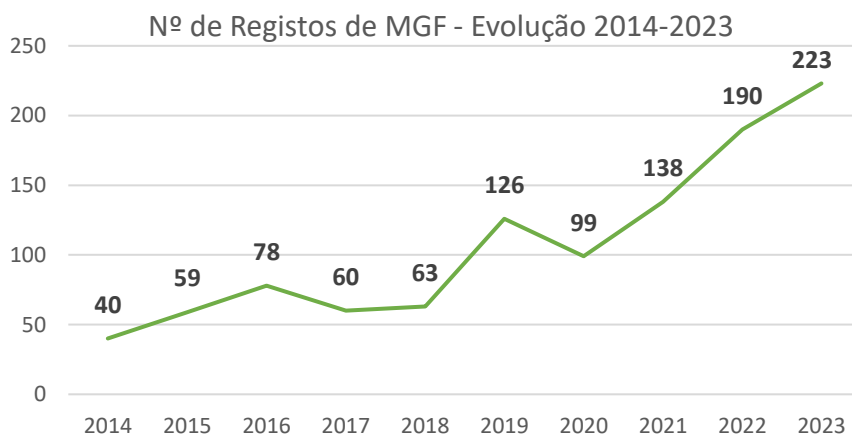
6 DE FEVEREIRO



Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2023

A prática da Mutilação Genital Feminina (MGF) é reconhecida internacionalmente como uma violação dos direitos humanos. Enquanto ato de violência sexual com base nas desigualdades de género, faz parte de um conjunto de práticas nefastas que ainda persistem na atualidade, sendo abordada em diversas convenções e acordos internacionais e nacionais, nomeadamente através da Convenção de Istambul, ratificada por Portugal.

Entre janeiro e dezembro de 2023, foram efetuados 223 registos de MGF na plataforma Registo de Saúde Eletrónico (RSE-AP), tendo-se registado um aumento de 17,4% em relação ao período homólogo anterior. Desde 2014, foram registados um total de 1076 casos de mutilação genital feminina nesta plataforma.



METODOLOGIA

Os dados registados no formulário da plataforma RSE-AP são extraídos a partir do número de utente, não sendo por isso possível a duplicação de registos. Desta base de informação clínica é possível extrair de forma anonimizada, para fins estatísticos, o conjunto de dados constantes do registo¹, a nível nacional e num determinado momento, sendo garantida a privacidade a cada mulher. Tendo por base a necessidade de constante melhoria da monitorização de casos de MGF na Plataforma RSE- AP, entraram em produção, no dia 19 de outubro, várias alterações no formulário de registo². Os dados em análise foram extraídos da base nacional no dia 1 de fevereiro de 2024.

¹ Idade atual, data de registo, instituição onde é introduzido o registo, tipo de mutilação (tipo I; II; III; IV), idade e país em que foi realizada a mutilação, se foi realizada durante a estadia em Portugal (sim/não), âmbito em que a mulher foi observada (consulta; internamento; gravidez; puerpério), se foi dado conhecimento à utente do enquadramento legal (sim/não), se e quais as complicações associadas (uro-ginecológicas; sexuais; obstétricas; psicológicas).

² Foi substituído “âmbito” por “âmbito em que foi detetada” - possibilidades: Grávida: consulta de vigilância da gravidez; parto; puerpério; Não grávida: cuidados de saúde primários; cuidados hospitalares. Foi substituído “Durante a estadia em Portugal” por “Foi realizada fora do país quando a criança/mulher já residia em Portugal?” - possibilidades: Sim; Não; Desdobrar País - “país de residência”; “país onde foi realizada”; Acrescentar - “Foi realizada em Portugal?”

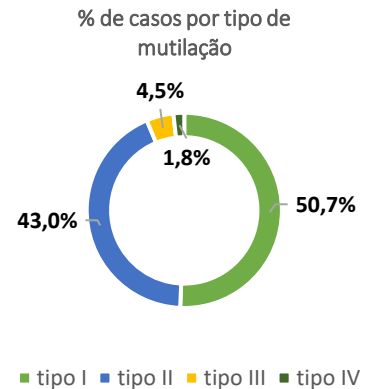


Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2023

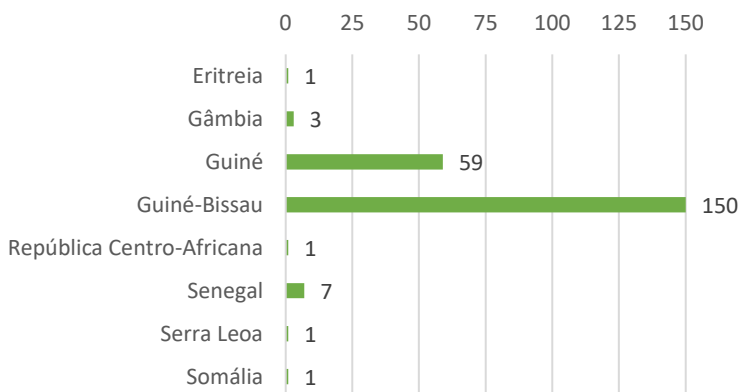
RESULTADOS

Dos 223 registos, foram considerados inválidos 16 registos relativos à idade em que ocorreu a MGF, por apresentarem informação incongruente. Não obstante, a informação referente a esses registos foi analisada no que respeita a todas as outras variáveis.

Maioritariamente, até 18 de outubro, os registos foram feitos no âmbito da vigilância da gravidez (41,8%) e os restantes durante o puerpério (15,8%), em consulta (23,2%) ou aquando de internamento (19,2%). Após 18 de outubro, as situações de MGF foram detetadas no âmbito da gravidez: 39,1% no parto; 21,7% no puerpério; 13% em consultas de vigilância. No âmbito “não gravidez” foram detetados 19,6% nos cuidados hospitalares e 6,5% nos cuidados de saúde primários.

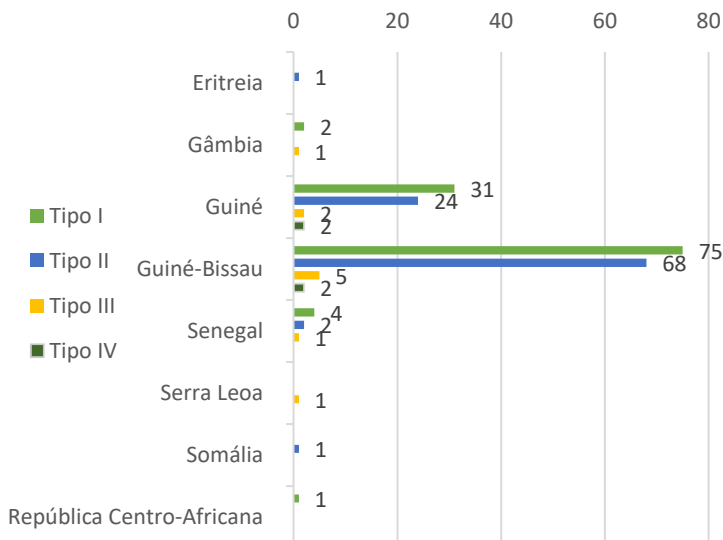


Nº de casos por local onde foi realizada a MGF



Existe uma predominância de casos realizados na Guiné-Bissau (67,3%), na Guiné Conacri (26,5%) e Senegal (3,1%). Este aspeto vem reforçar a informação já conhecida, tendo em conta o predomínio das comunidades imigrantes residentes em Portugal e a prevalência estimada da MGF nesses Países.

Nº de casos por tipo e local onde foi realizada a MGF



Do total de casos registados, as mutilações mais comuns foram do tipo I: 50,7%; tipo II: 43,0%; representando o tipo III: 4,5% e o tipo IV: 1,8% do total de registos.

Atendendo à sua gravidade procedeu-se à análise dos 10 registos existentes de mutilação tipo III. De acordo com os registos, este tipo de prática foi realizada na Guiné-Bissau (n=5), Guiné Conacri (n=2), Serra Leoa (n=1), Senegal, (n=1) e Gâmbia (n=1), tendo as mulheres no momento do registo entre os 20 e 37 anos. A idade de realização que se encontra registada diz respeito somente a 3 casos, respetivamente com 3, 4 e 19 anos.

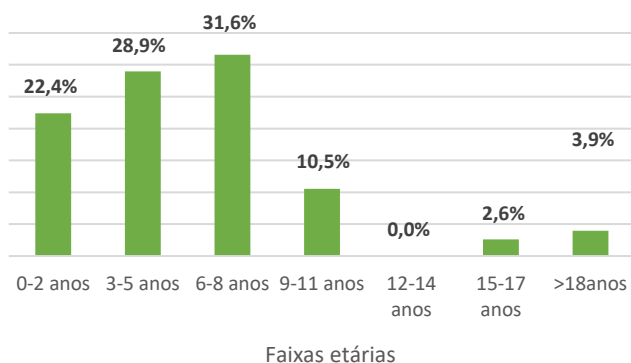


Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2023

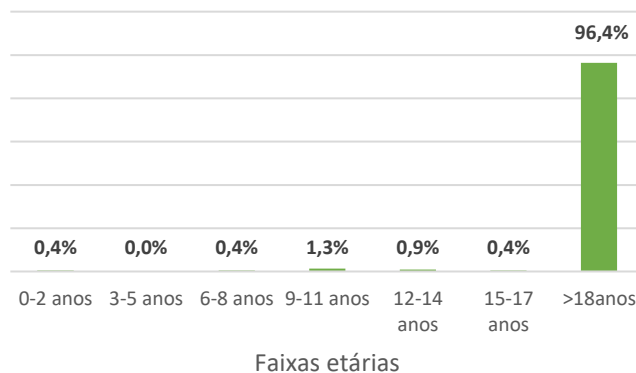
Em 2023, de acordo com os registos, a média da idade aquando da realização do procedimento foi de 6 anos, variando entre o primeiro ano de vida e os 29 anos de idade. Em cerca de 82,9% dos casos, a mutilação ocorreu até aos 9 anos de idade, tendência que se mantém relativamente aos anos anteriores. No que respeita à idade em que ocorreu a MGF, 65,9% dos registos são omissos.

A média de idade atual destas mulheres é de 29,4 anos, variando entre idades abaixo de um ano e os 74 anos.

% do nº de casos por faixa etária em que ocorreu a MGF



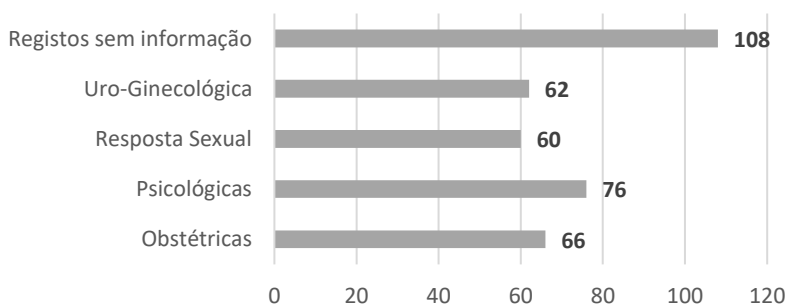
% do nº de casos por faixa etária no momento do registo da MGF



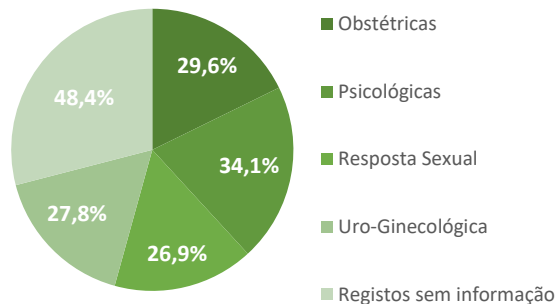
Em 2023, foram registadas complicações em 115 mulheres, correspondendo a 51,6% da totalidade dos registos.

As complicações resultantes da MGF são frequentemente coexistentes. Numa análise desagregada por complicação, verifica-se que, do total de registos, 76 incluem complicações do foro psicológico, 66 obstétricas, 60 incluem complicações de resposta sexual e 62 sequelas uro-ginecológicas.

Nº de complicações desagregadas por tipo de complicação



Taxa de complicações desagregadas por tipo de complicação

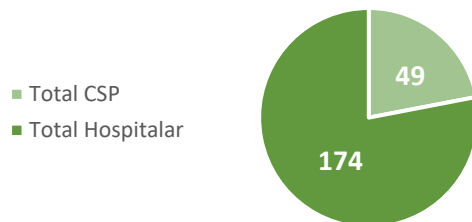




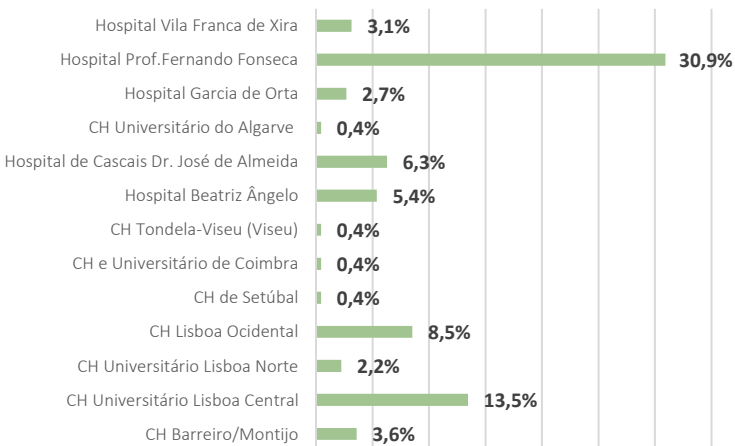
Atualização dos Registos de Mutilação Genital Feminina Ano de 2023

A maioria, 78% dos registos foram efetuados nos cuidados hospitalares e 22% nos Cuidados de Saúde Primários (CSP). Pode ainda observar-se que a maioria dos registos foi efetuada em unidades inseridas na ARS LVT (apenas 5 registos foram efetuados na ARS Centro e 1 no Algarve).

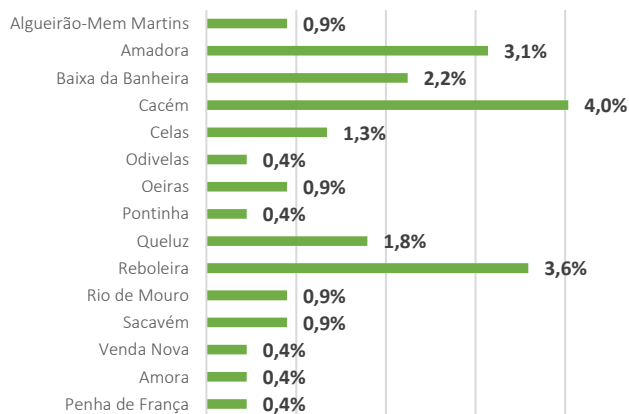
Nº de casos por local de registo



% do total de casos por instituição hospitalar



% do total de casos por unidade cuidados de saúde primários



O facto da maioria dos registos terem sido efetuados por profissionais de unidades de saúde da região de Lisboa e Vale do Tejo pode ser enquadrado, por um lado, na maior concentração de mulheres migrantes oriundas de países onde se pratica a MGF e, por outro, na realização de diversas ações de formação e de sensibilização destinadas a profissionais de saúde (cuidados de saúde primários e hospitalares) nesta região.

A maioria dos casos continua a ser registado em contexto hospitalar, no âmbito dos cuidados de saúde durante a gravidez e o parto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monitorização contínua dos casos de MGF através da plataforma RSE-AP continua a ser um instrumento importante para definir estratégias e planear intervenções a nível nacional.

Dos 223 casos de MGF, foi registada a intervenção dos profissionais de saúde, em 83% (185) dos casos, no que respeita ao esclarecimento dos direitos da mulher numa perspetiva educativa e preventiva.

Esta análise contribui para melhorar a caracterização e o conhecimento sobre esta prática (mutilação genital/corte). Foi produzida com o propósito de fornecer matéria de reflexão para todos os profissionais e demais interessados no tema, trabalhando em prol de investigar, sinalizar necessidades e eliminar a prática.